

JUVENTUDE, DEMOCRACIA E ESCOLA: UM PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE GESTÃO ESCOLAR COM PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO

YOUTH, DEMOCRACY AND SCHOOL: AN OVERVIEW OF STUDIES ON SCHOOL MANAGEMENT WITH STUDENT PARTICIPATION IN UPPER SECONDARY EDUCATION

JUVENTUD, DEMOCRACIA Y ESCUELA: UN PANORAMA DE LOS ESTUDIOS SOBRE GESTIÓN ESCOLAR CON PARTICIPACIÓN ESTUDIANTIL EN LA ENSEÑANZA MEDIA

Gleidson Agra da Silva¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar como a participação dos estudantes do ensino médio tem sido abordada na produção acadêmica brasileira recente, no contexto da gestão democrática escolar. A metodologia adotada foi a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com buscas realizadas entre janeiro e março de 2025 nas bases Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores "gestão democrática", "ensino médio", "participação estudantil" e "protagonismo juvenil", combinados com operadores booleanos. Foram selecionados 10 artigos publicados entre 2020 e 2025, submetidos à análise de conteúdo temática. Os resultados indicam quatro categorias recorrentes: grêmio estudantil como espaço de representação; protagonismo juvenil e desenvolvimento de lideranças; desafios e resistências à participação discente; e impactos formativos e aprendizagem política. Conclui-se que, embora haja avanços conceituais e experiências exitosas, persistem barreiras institucionais, culturais e formativas que limitam a efetivação da participação estudantil na gestão escolar. O fortalecimento da gestão democrática exige políticas públicas, formação continuada e abertura institucional ao diálogo com os jovens.

1

Palavras-chave: Gestão democrática. Participação estudantil. Protagonismo juvenil.

ABSTRACT: This article aimed to analyze how upper secondary school students' participation has been addressed in recent Brazilian academic literature within the context of democratic school management. The methodology adopted was a Systematic Literature Review (SLR), with searches conducted between January and March 2025 in the Google Scholar, SciELO, and CAPES Periodicals Portal databases, using the descriptors "democratic management", "upper secondary education", "student participation", and "youth protagonism", combined with Boolean operators. Ten articles published between 2020 and 2025 were selected and submitted to thematic content analysis. The results indicate four recurring categories: student council as a space for representation; youth protagonism and leadership development; challenges and resistance to student participation; and formative impacts and political learning. It is concluded that, although there are conceptual advances and successful experiences, institutional, cultural, and formative barriers persist that limit the effectiveness of student participation in school management. Strengthening democratic management requires public policies, continuing education, and institutional openness to dialogue with young people.

Keywords: Democratic management. Student participation. Upper secondary education.

¹Mestrando em Ciências da Educação, Discente, Christian Business School-CBS.

²Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar cómo la participación de los estudiantes de enseñanza media ha sido abordada en la producción académica brasileña reciente, en el contexto de la gestión democrática escolar. La metodología adoptada fue la Revisión Sistemática de la Literatura (RSL), con búsquedas realizadas entre enero y marzo de 2025 en las bases Google Académico, SciELO y Portal de Periódicos de la CAPES, utilizando los descriptores "gestión democrática", "enseñanza media", "participación estudiantil" y "protagonismo juvenil", combinados con operadores booleanos. Fueron seleccionados 10 artículos publicados entre 2020 y 2025, sometidos a análisis de contenido temático. Los resultados indican cuatro categorías recurrentes: gremio estudiantil como espacio de representación; protagonismo juvenil y desarrollo de liderazgos; desafíos y resistencias a la participación discente; e impactos formativos y aprendizaje político. Se concluye que, aunque hay avances conceptuales y experiencias exitosas, persisten barreras institucionales, culturales y formativas que limitan la efectivación de la participación estudiantil en la gestión escolar. El fortalecimiento de la gestión democrática exige políticas públicas, formación continua y apertura institucional al diálogo con los jóvenes.

Palabras clave: Gestión democrática. Participación estudiantil. Enseñanza media.

INTRODUÇÃO

A gestão democrática na educação brasileira é um princípio previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, Art. 206, VI), e detalhado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, (Brasil, 1996, art. 14). a qual estabelece a participação ativa da comunidade escolar nos processos decisórios da educação. Essa abordagem visa promover uma administração educacional mais inclusiva e representativa, alinhada aos valores democráticos e à formação cidadã dos estudantes. No cenário contemporâneo, esse princípio assume ainda maior relevância frente aos desafios sociais, políticos e educacionais enfrentados pelas instituições escolares, especialmente no que se refere à inclusão dos jovens como sujeitos ativos na vida escolar.

No contexto das políticas educacionais, o protagonismo juvenil tem ganhado destaque como elemento essencial para a construção de uma escola democrática. A adolescência, especialmente no ensino médio, é um período fundamental para o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e da identidade social dos jovens. Segundo estudos que analisam essa fase psicossocial, ocorre uma construção dinâmica da identidade fundamentada na exploração de valores e compromissos pessoais, o que contribui para a formação de sujeitos autônomos e conscientes de seu papel social (Desenvolvimento da identidade em adolescentes estudantes do ensino médio, 2023). A escola, portanto, desempenha um papel vital ao proporcionar espaços que incentivem a participação efetiva dos estudantes na gestão escolar,

reconhecendo-os não apenas como aprendizes, mas como agentes de transformação social e sujeitos de direitos. Tal reconhecimento amplia o escopo da gestão educacional, atribuindo aos jovens um papel político na construção de uma escola mais justa, inclusiva e democrática.

Estudos recentes têm explorado a relação entre a gestão democrática e o protagonismo juvenil. Por exemplo, Silva FK (2022) analisa os desafios e possibilidades do protagonismo juvenil nos processos de gestão democrática escolar, destacando a importância de reconhecer os jovens como sujeitos históricos capazes de contribuir para a transformação do ambiente escolar. Da mesma forma, Guridi VM, et al. (2023) investigam como a autonomia e o protagonismo juvenil são promovidos em escolas democráticas, evidenciando a necessidade de currículos que favoreçam a participação efetiva dos estudantes.

Entretanto, apesar do reconhecimento teórico da importância da participação estudantil, há lacunas na literatura quanto à efetiva implementação e aos impactos dessas práticas no cotidiano escolar. A pesquisa de Silva VCP (2019) critica a abordagem do protagonismo juvenil no ensino médio brasileiro, apontando para a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre as políticas curriculares e a seleção de conhecimentos escolares. Além disso, Neto FB e Tavares AC (2021) discutem a formação da autonomia e a participação dos jovens no contexto escolar, enfatizando a relevância de ações que promovam a liderança estudantil.

3

Este estudo se justifica pela carência de sistematização da produção acadêmica nacional recente (2020–2025) sobre a participação estudantil na gestão escolar. Além disso, destaca-se a importância pedagógica da escuta ativa dos estudantes e sua participação nos processos decisórios, bem como a contribuição política para formulação de políticas públicas e formação docente comprometida com princípios democráticos.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão-problema: Como a participação dos estudantes no ensino médio tem sido abordada na literatura acadêmica brasileira recente no contexto da gestão democrática escolar? Para responder a essa indagação, o presente estudo tem como objetivo analisar as abordagens e discussões acadêmicas, entre 2020 e 2025, sobre a participação estudantil na gestão democrática das escolas de ensino médio no Brasil, por meio de uma revisão sistemática da literatura científica nacional.

2. METODOLOGIA

Este estudo adotou a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) como principal abordagem metodológica, por possibilitar uma organização estruturada e rigorosa das evidências científicas

disponíveis acerca da participação estudantil na gestão democrática do ensino médio. Por meio dessa estratégia, pretendemos consolidar o conhecimento existente para orientar práticas educacionais mais efetivas e embasar a formulação de políticas públicas no âmbito da gestão escolar.

A condução da revisão seguiu as orientações metodológicas apresentadas por Gil (2010), que destaca princípios essenciais para a realização de pesquisas científicas, tais como clareza na definição dos procedimentos, replicabilidade das etapas e rigor na seleção e análise dos dados. Esses princípios foram observados em todas as fases do estudo, garantindo que o processo fosse transparente e passível de replicação por outros pesquisadores. Para tanto, elaborou-se um protocolo detalhado, que estabeleceu a delimitação da questão de pesquisa, critérios rigorosos para inclusão e exclusão dos estudos, definição precisa dos descritores, além da sistematização das buscas, análise qualitativa e categorização dos dados coletados.

A coleta dos dados ocorreu nas bases Google Acadêmico e SciELO, escolhidas pela sua acessibilidade e relevância para pesquisas na área educacional no Brasil. Utilizaram-se descritores combinados com operadores booleanos, especificamente: “gestão democrática” AND “ensino médio” AND (“participação estudantil” OR “protagonismo juvenil”). As buscas foram realizadas entre janeiro e março de 2025.

4

Foram estabelecidos os seguintes critérios para seleção dos estudos: publicações entre 2020 e 2025; foco no ensino médio com abordagem sobre participação estudantil vinculada à gestão democrática escolar; textos produzidos em português por autores brasileiros; e disponibilidade de acesso integral em periódicos científicos ou anais de eventos acadêmicos reconhecidos. Por outro lado, foram excluídos estudos duplicados entre as bases consultadas; trabalhos que tratassem exclusivamente de outros níveis de ensino (educação infantil, fundamental ou superior); artigos sem fundamentação teórico-metodológica clara; e documentos institucionais, entrevistas ou dissertações não submetidas à revisão por pares.

Na fase de triagem, títulos e resumos foram avaliados conforme os critérios estabelecidos, seguido da leitura integral dos estudos considerados potencialmente relevantes para confirmar sua adequação ao escopo da pesquisa.

Para sistematizar os dados, elaborou-se um quadro comparativo contemplando as variáveis de interesse de cada artigo selecionado. A análise qualitativa foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016), o que possibilitou a identificação e organização de categorias recorrentes e emergentes no conjunto documental.

A partir do processo de filtragem e leitura crítica, foram selecionados 10 artigos científicos que atenderam a todos os critérios estabelecidos e compuseram o corpus da presente revisão sistemática, a partir da qual emergiram as quatro categorias temáticas: (1) Grêmio Estudantil como espaço de participação; (2) Protagonismo juvenil e desenvolvimento de lideranças; (3) Participação na gestão escolar: desafios e resistências; e (4) Impactos formativos e aprendizagem política.

Aspectos éticos: Por se tratar de uma revisão sistemática da literatura, sem coleta primária de dados com seres humanos ou animais, e utilizando exclusivamente fontes bibliográficas de acesso público, o presente estudo dispensa aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme preconiza a Resolução CNS nº 510/2016, que regulamenta pesquisas em ciências humanas e sociais. Não houve identificação nominal de participantes, nem intervenção direta ou indireta em seres humanos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dez estudos selecionados permitiu identificar quatro categorias temáticas recorrentes que orientam a discussão sobre a participação estudantil no contexto da gestão democrática do ensino médio: (1) Grêmio Estudantil como espaço de participação, (2) Protagonismo juvenil e desenvolvimento de lideranças, (3) Participação na gestão escolar: desafios e resistências, e (4) Impactos formativos e aprendizagem política. A seguir, apresentam-se os principais achados de cada categoria, exemplificados por contribuições dos estudos analisados.

5

Autor(es) e ano	Tipo de estudo	Principais achados relacionados à participação estudantil
Oliveira RG, Luiz MC, Silva CP (2022)	Artigo empírico	Grêmios estudantis são percebidos como instâncias simbólicas, sem real poder de decisão; ativados apenas em eventos pontuais
Sava D, Schneckenberg M (2020)	Análise documental	Ações gremistas frágeis e desintegradas dos mecanismos de gestão escolar; falta de acompanhamento pedagógico
Silva FK, et al. (2022)	Estudo de caso	Em escola de tempo integral, atuação gremista condicionada por práticas centralizadoras; contradição entre discurso democrático e práticas autoritárias
Neto FB, Tavares AC (2021)	Artigo empírico	Escuta ativa e descentralização de decisões favorecem desenvolvimento de lideranças juvenis autênticas
Guridi VM, Queiroz SS, Lima ALG (2023)	Artigo empírico	Autonomia e protagonismo juvenil são promovidos em escolas democráticas com currículos que favorecem a participação efetiva dos estudantes

Silva FK (2022)	Artigo teórico	Crítica ao "protagonismo funcional" (atividades recreativas sem crítica social); necessidade de emancipação juvenil
Silva MDS, Otani N, Krue M (2020)	Estudo de caso	Participação estudantil reduzida a momentos esporádicos; resistência à participação plena por medo da perda de controle
João Pedro JA (2022)	Dissertação (mestrado)	"Despolitização" da participação estudantil; espaços participativos esvaziados de sentido ou usados para legitimar decisões
Pereira IT, Barão GO, Sartori L (2023)	Artigo empírico	Participação ativa desenvolve argumentação, negociação e tomada de decisão coletiva; aprendizagem política como processo contínuo
Silva FA, Barbosa MC (2023)	Trabalho de conclusão de curso	Envolvimento deliberativo fortalece identidade social e política; impactos formativos dependem de intencionalidade pedagógica

3.1 Grêmios Estudantis como espaço de participação.

O grêmio estudantil figura como uma das principais instâncias institucionais pelas quais os jovens estudantes podem exercer sua participação política no ambiente escolar. Essa organização formal de representação discente é reconhecida legalmente e incentivada pelas políticas educacionais voltadas à gestão democrática, constituindo um canal privilegiado para o desenvolvimento do protagonismo juvenil, sobretudo no contexto do ensino médio.

No entanto, a análise dos estudos selecionados revela que, na prática, o potencial político e pedagógico dos grêmios enfrenta graves limitações de natureza institucional, cultural e formativa. Oliveira RG et al. (2020), por meio de estudo de campo com observação e diálogo com atores escolares, ressaltam que os grêmios frequentemente são vistos como instâncias simbólicas, desprovidas de efetivo poder decisório. Conforme assinalam os autores, essas entidades são acionadas principalmente em eventos pontuais, como gincanas ou feiras culturais, ficando afastadas das decisões estruturantes da escola, tais como a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a gestão do tempo pedagógico. Essa limitação restringe o grêmio a uma função sazonal e mobilizadora, o que compromete sua relevância política e formativa.

Essa percepção é corroborada na análise documental realizada por Sava D e Schneckenberg M (2020), que identificam uma frágil sistematização das atividades gremistas em duas escolas públicas do município de Irati-PR. Segundo esses pesquisadores, a ausência de integração dos grêmios aos mecanismos formais de gestão e a carência de planejamento pedagógico coletivo fragilizam a continuidade e o reconhecimento das suas ações dentro da comunidade escolar.

No que tange às práticas institucionais, Silva FK et al. (2022) oferecem um olhar crítico importante ao estudar uma escola de tempo integral no estado de Pernambuco. Apesar da proposta pedagógica que enfatiza o protagonismo juvenil, constataram que as práticas de gestão são fortemente centralizadas, limitando as deliberações estudantis e restringindo o poder de veto aos conselhos escolares. Essa situação evidencia uma contradição entre o discurso oficialmente democrático e a persistência das práticas autoritárias enraizadas na cultura escolar.

Em síntese, embora o grêmio estudantil tenha um papel importante para a participação política juvenil, sua efetividade é frequentemente comprometida por uma cultura adulta que subestima a autonomia dos estudantes, pela insuficiente formação política desses jovens e pela falta de articulação entre as atividades do grêmio e os projetos pedagógicos das instituições.

Diante disso, enfatiza-se a necessidade de fortalecer os grêmios como espaços legítimos de democracia escolar, articulando iniciativas que promovam a escuta ativa dos estudantes, a formação cidadã consistente e a abertura institucional para a negociação democrática e o enfrentamento de conflitos. O grêmio deve transcender seu papel tradicionalmente associado a eventos culturais e recreativos, reconhecendo-se como uma arena fundamental para a disputa política, representação de interesses estudantis e construção coletiva da escola enquanto bem público.

3.2 Protagonismo juvenil e desenvolvimento de lideranças.

No ambiente escolar, o protagonismo juvenil desempenha papel central na construção de práticas democráticas e na formação de sujeitos críticos, autônomos e engajados socialmente. Esse protagonismo vai além da simples execução de tarefas, pois envolve o engajamento efetivo dos estudantes nos processos de tomada de decisão, na organização cotidiana da escola e na construção de lideranças que impactam positivamente a cultura institucional.

Os estudos incluídos nesta revisão apresentam diferentes manifestações e desafios para o desenvolvimento do protagonismo juvenil em escolas públicas de ensino médio. Neto FB e Tavares AC (2021), por exemplo, investigando uma escola técnica estadual, destacam que práticas baseadas na escuta ativa e na descentralização do poder fortalecem lideranças estudantis autênticas. Nessa escola, os estudantes são estimulados a assumir corresponsabilidade, propondo soluções para desafios reais e liderando projetos coletivos que promovem mudanças significativas. A combinação de um ambiente institucional aberto ao diálogo, aliado ao suporte

de professores e gestores, cria condições favoráveis para que as lideranças juvenis floresçam com consciência social e compromisso comunitário.

De forma alinhada, Guridi VM, Queiroz SS e Lima ALG (2023) argumentam que o surgimento dessas lideranças depende diretamente da concepção de gestão democrática da escola. Eles evidenciam que estruturas verticalizadas, onde a decisão é concentrada na direção, dificultam a emergência de lideranças estudantis capazes de influenciar o cotidiano escolar. Em contraponto, quando os estudantes participam ativamente dos conselhos escolares, assembleias e processos pedagógicos, sua liderança ultrapassa o mero exercício de cargos formais para se consolidar como influência legítima e transformadora.

Por sua vez, Silva FK (2020) amplia a compreensão do tema ao destacar a heterogeneidade do protagonismo juvenil, que é moldado por variáveis contextuais, políticas públicas e formação política dos jovens. O autor chama atenção para a existência do que denomina “protagonismo funcional”, uma participação que se limita a ações recreativas ou atividades auxiliares desprovidas de crítica social e exercício pleno da cidadania. Essa configuração, segundo Silva, reflete uma dominação simbólica que domestica a juventude, ao invés de empoderá-la para a transformação social.

Ao integrar esses achados, percebe-se que um protagonismo juvenil efetivo exige superar a participação meramente simbólica, promovendo uma cultura escolar que valorize a escuta ativa dos estudantes e abra espaço real para o compartilhamento do poder decisório. Além disso, políticas pedagógicas e institucionais direcionadas à formação política dos jovens são indispensáveis para fortalecer a gestão democrática e fomentar lideranças conscientes e atuantes.

Assim, reconhecer o protagonismo juvenil como uma dimensão formativa é essencial para renovar as relações escolares, transformar as práticas educativas e construir um ambiente de ensino mais justo, participativo e democrático. Investir no desenvolvimento de lideranças estudantis é contribuir para que a escola se configure como um espaço genuíno de cidadania ativa e exercício efetivo da democracia.

3.3 Participação na gestão escolar: desafios e resistências.

Embora a gestão democrática escolar preveja a participação dos estudantes, sua implementação enfrenta múltiplos obstáculos que transcendem aspectos meramente estruturais ou normativos. Esses desafios emergem também de dimensões culturais, pedagógicas e

relacionais que permeiam as práticas cotidianas das instituições educacionais, criando um cenário complexo para o exercício efetivo dessa participação.

A pesquisa conduzida por Silva MDS et al. ilustra essa tensão ao revelar que, mesmo em escolas com propostas alinhadas aos princípios democráticos, a voz dos estudantes é frequentemente limitada a momentos isolados e espaços de pouca deliberação real. O estudo, realizado em uma instituição pública estadual de tempo integral, evidencia que a centralização das decisões na figura do gestor persiste como um entrave, restringindo o protagonismo juvenil. Os estudantes, embora envolvidos em projetos e eventos, não têm sua participação ampliada nas decisões pedagógicas e administrativas mais relevantes. Os autores atribuem essa resistência sobretudo ao receio de perda de controle por parte da gestão e à persistente crença de que os jovens carecem da maturidade necessária para contribuir criticamente na condução da vida escolar.

Complementando essa análise, João Pedro JA (2022) aprofunda o debate ressaltando a distância entre as diretrizes normativas da gestão democrática e sua aplicação concreta nas escolas. O autor caracteriza a “despolitização” da participação estudantil como um processo pelo qual os espaços destinados à participação se tornam vazios de significado, funcionando apenas como instrumentos para legitimar decisões já consolidadas. Apoiado na teoria histórico-cultural, o estudo demonstra que, quando inseridos em experiências verdadeiramente participativas, os estudantes desenvolvem competências cognitivas, comunicativas e políticas essenciais para sua formação integral. Contudo, tais vivências ainda são exceções, e muitos jovens não percebem a escola como um ambiente aberto à escuta e ao diálogo genuínos.

Essas investigações convergem ao evidenciar que as resistências enfrentadas pelos estudantes na gestão escolar têm raízes estruturais e culturais profundas. No plano estrutural, observa-se a ausência de mecanismos institucionais consolidados que permitam uma participação sistemática e contínua em instâncias como conselhos escolares e comissões pedagógicas. No aspecto cultural, persistem paradigmas adultocêntricos que desconsideram a capacidade dos jovens para colaborar efetivamente na construção coletiva da escola.

Além disso, destaca-se a deficiência na formação dos estudantes para o exercício da participação autônoma e crítica. A carência de conhecimento sobre os processos e espaços de gestão dificulta o protagonismo propositivo dos jovens. João Pedro JA (2022) relaciona essa lacuna à insuficiência de políticas pedagógicas que integrem a educação para a cidadania ativa e a participação política como elementos fundamentais do currículo escolar.

Diante dessas limitações, os autores apontam para a necessidade urgente de uma revisão da cultura gerencial nas escolas, promovendo práticas que incentivem o diálogo intergeracional, a escuta qualificada e o compartilhamento real de responsabilidades. A superação dessas resistências implica em processos continuados de formação para gestores, professores e estudantes, além de revisões normativas que regulam a participação no ambiente educacional.

Promover a participação estudantil na gestão escolar requer, portanto, mais do que simples abertura formal de espaços. Exige um compromisso ético e político genuíno, que reconheça os estudantes como agentes históricos capazes de interpretar, intervir e transformar seu contexto escolar e social, assumindo sua função ativa na construção da democracia educativa.

3.4 Impactos formativos e aprendizagem política.

A participação dos estudantes na gestão escolar não se limita a ampliar o exercício da cidadania no ambiente educacional; ela atua como agente transformador no desenvolvimento formativo dos jovens, especialmente no que se refere à sua aprendizagem política. Pesquisas de Pereira IT et al. (2021), Silva FA et al. (2023) e Silva MLA et al. (2023) apontam que os espaços efetivos de participação configuram locais privilegiados para a construção de competências essenciais para a vida democrática, incluindo habilidades éticas, colaborativas e críticas, fundamentais para o engajamento social.

10

No estudo de Pereira IT et al. (2021), estudantes que atuam ativamente em conselhos escolares, assembleias e grêmios desenvolvem capacidades significativas de argumentação, negociação, escuta e tomada de decisões coletivas. Essas habilidades percorrem além dos muros da escola, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes tanto de seus direitos quanto de suas responsabilidades sociais. Os autores ressaltam que a participação deve ser entendida como um processo de aprendizagem contínua, que promove a autonomia juvenil e reconfigura o papel da escola como espaço público de formação da cidadania.

Complementando esta visão, Silva FA et al. (2023), ao investigar uma escola de tempo integral no contexto pernambucano, observam que o engajamento dos estudantes em processos deliberativos fortalece sua identidade social e política. Ao se sentirem reconhecidos e valorizados, esses jovens demonstram maior comprometimento com as atividades escolares, ampliando seu senso de pertencimento e responsabilidade coletiva. Contudo, os autores enfatizam que esses impactos acontecem efetivamente somente quando há uma

intencionalidade pedagógica e o suporte institucional necessário para que a participação ultrapasse o âmbito meramente simbólico e se traduza em ações concretas de gestão e decisão.

No mesmo sentido, Silva MLA et al. (2023) destacam que a aprendizagem política dos estudantes está intrinsecamente ligada ao reconhecimento e à legitimação dos saberes juvenis por parte de gestores e professores. A partir da análise da construção da gestão democrática em sistemas municipais de ensino, esses autores apontam que a participação dos estudantes na elaboração do projeto político-pedagógico, na definição das regras de convivência e na avaliação institucional é determinante para ampliar sua consciência crítica e protagonismo. Tais processos contribuem para consolidar uma cultura democrática na escola, tendo efeitos positivos na qualidade das relações e no desempenho educacional.

As pesquisas convergem ao demonstrar que a participação estudantil aporta impactos formativos que transcendem a teoria, manifestando-se na prática cotidiana das relações sociais escolares. Essa vivência concreta da democracia funciona como um ensaio para a vida cidadã, favorecendo a formação de sujeitos mais ativos, empáticos e politicamente conscientes, capazes de participar e influenciar seus contextos.

É fundamental, entretanto, ressaltar que esses impactos não ocorrem de maneira automática. Eles dependem de uma mediação pedagógica cuidadosa, da formação contínua de educadores e da existência de uma estrutura institucional que favoreça a escuta, o diálogo e o reconhecimento da diversidade de vozes. O desafio das escolas está em transformar a participação estudantil em uma prática formativa e emancipadora que supere o mero discurso, contribuindo efetivamente para uma escola mais democrática e inclusiva.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos estudos selecionados destacou contribuições significativas, bem como desafios persistentes relacionados à participação dos estudantes na gestão democrática do ensino médio. Embora as legislações e orientações educacionais reforcem a importância da escuta ativa dos jovens e seu papel enquanto sujeitos políticos, a prática cotidiana nas escolas ainda revela obstáculos que dificultam a concretização plena dessa participação.

Entre os avanços, observa-se a expansão de espaços institucionais destinados à escuta e ao engajamento juvenil, tais como grêmios estudantis, assembleias escolares, conselhos e projetos integradores. Quando fortalecidos e articulados de forma consistente, esses espaços se mostram ferramentas eficazes para a formação para cidadania. Oliveira et al. (2020) e Sava e

Schneckenberg (2020) evidenciam que, nesses contextos, os estudantes desenvolvem habilidades importantes como argumentação, negociação, liderança e responsabilidade social — competências diretamente alinhadas às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Entretanto, o panorama empírico revela uma distância entre esses discursos normativos e as ações efetivamente praticadas nas escolas. Muitas instituições mantêm uma cultura organizacional que restringe o protagonismo estudantil, percebendo os jovens mais como receptores passivos das decisões do que como agentes participativos nos processos de gestão e planejamento. Silva et al. (2020) e João Pedro (2022) atribuem essa desconexão a uma longa tradição na formação de docentes e gestores que, em geral, carecem de preparação adequada para viabilizar uma participação estudantil crítica, dialógica e emancipatória.

Os entraves mais frequentes apontados referem-se à ausência de formação específica para docentes atuarem como mediadores em processos democráticos, à resistência de segmentos escolares diante da escuta efetiva das vozes juvenis e à falta de reconhecimento e legitimidade das representações estudantis. Essas limitações impactam negativamente a participação, gerando desmotivação e frustrando as expectativas dos estudantes quanto ao potencial dos espaços coletivos de decisão.

12

Por outro lado, quando há uma cultura institucional comprometida com práticas democráticas e aberta ao diálogo entre gerações, experiências como as dos grêmios estudantis, projetos integradores e assembleias escolares evidenciam grande capacidade transformadora. Nessas situações, os jovens assumem responsabilidades coletivas e desenvolvem a compreensão da complexidade da vida pública e dos desafios da convivência democrática. Assim, a escola efetivamente se configura como um laboratório de cidadania, propiciando a formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de seus direitos e deveres.

Em síntese, consolidar a participação estudantil na gestão escolar exige ir além dos dispositivos normativos e estruturas formais: demanda mudanças culturais profundas, investimentos direcionados na formação docente, abertura real para o diálogo institucional e o reconhecimento dos estudantes como agentes políticos ativos. Essas transformações são fundamentais para a construção de uma escola que promova justiça social e contribua para o desenvolvimento integral da juventude.

4.1 Limitações do estudo

Esta revisão sistemática da literatura apresenta algumas limitações que devem ser consideradas ao interpretar seus resultados. Primeiramente, o recorte temporal adotado, abrangendo os anos de 2020 a 2025, teve como objetivo focalizar a produção mais recente; contudo, essa escolha pode ter excluído estudos relevantes publicados anteriormente que também abordam a participação estudantil na gestão democrática.

Em segundo lugar, a restrição às publicações em português e de autoria brasileira, embora alinhada ao propósito de analisar o contexto nacional, limita as possibilidades de comparação com experiências internacionais que poderiam enriquecer a discussão e ampliar a compreensão do tema.

Além disso, a busca concentrou-se nas bases Google Acadêmico e SciELO, reconhecidas por sua representatividade na área educacional brasileira. Mesmo assim, tal escolha pode ter deixado de contemplar periódicos especializados que estão indexados exclusivamente em bases como Web of Science ou Scopus, cuja inclusão poderia aprofundar os achados.

Por fim, a análise focou exclusivamente em artigos publicados, deixando de fora teses, dissertações e anais de eventos. Isso pode ter excluído produções importantes, especialmente aquelas em fase inicial de divulgação ou que adotam abordagens metodológicas diferenciadas. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo das bases consultadas, incluam a chamada literatura cinzenta e realizem comparações com realidades internacionais, de modo a fortalecer e diversificar as análises.

13

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão sistemática permitiu apreender, de forma aprofundada, como a participação estudantil no ensino médio tem sido tratada na produção acadêmica brasileira recente, dentro do contexto da gestão democrática escolar. A análise dos dez artigos selecionados revelou que o tema tem ganhado evidência nas discussões educacionais, destacando a relevância de reconhecer os estudantes como sujeitos ativos, cuja contribuição é fundamental para os processos decisórios nas escolas.

As categorias temáticas identificadas: grêmio estudantil, protagonismo juvenil, desafios e resistências na gestão participativa e impactos formativos da participação, evidenciam que, apesar dos avanços conceituais e de experiências bem-sucedidas, a efetivação da gestão

democrática que incorpora a presença ativa dos estudantes ainda enfrenta desafios significativos de ordem estrutural, cultural e institucional. A persistente resistência de alguns gestores e professores, combinada com a insuficiente formação para o exercício de práticas democráticas e o desconhecimento dos direitos legais que garantem a participação, limita o desenvolvimento pleno de ambientes escolares democráticos.

Por outro lado, a revisão também destaca que, quando as instituições promovem condições favoráveis à participação, os estudantes desenvolvem competências políticas, senso crítico, responsabilidade e pertencimento. Experiências como as vivenciadas em grêmios estudantis, projetos de liderança e espaços de escuta ativa são reconhecidas como agentes importantes para a formação cidadã e para o fortalecimento do vínculo escola-estudante. Dessa forma, o protagonismo juvenil aparece como elemento central para a construção de uma cultura escolar democrática, desde que esteja respaldado por suporte institucional consistente e valorização das expressões juvenis.

Há urgência, portanto, em ampliar investimentos em políticas públicas, fortalecer a formação continuada de profissionais da educação e fomentar culturas escolares que privilegiem a escuta, o diálogo plural e a corresponsabilidade entre todos os atores institucionais. A construção de uma gestão democrática efetiva depende do engajamento conjunto da comunidade escolar e do reconhecimento da participação estudantil não apenas como direito, mas como condição indispensável para promover uma escola mais justa, inclusiva e transformadora.

Por fim, a pesquisa evidenciou lacunas importantes que direcionam os caminhos para investigações futuras, tais como a escassez de estudos empíricos que acompanhem longitudinalmente as experiências participativas e a limitada atenção dada à diversidade juvenil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. É fundamental ampliar o debate acadêmico e prático acerca da gestão escolar com participação estudantil, com vistas a consolidar uma educação verdadeiramente democrática e emancipada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE DA SILVA ML, NARDIM TL, TEIXEIRA SANTOS ARRAES M, PIMENTA A. A participação estudantil na construção da gestão democrática municipal como elemento do sistema municipal de educação ou ensino. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 2023; 8: e15362.

BARDIN L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016; 280 p.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 set. 2025.

CÁRIA NP, ANDRADE NL. Gestão democrática na escola: em busca da participação e da liderança. Revista Eletrônica de Educação, 2016; 10(3): 9-24.

DESENVOLVIMENTO da identidade em adolescentes estudantes do ensino médio. Psicologia: Reflexão e Crítica, [S. l.], v. 36, p. e79114, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/79tPzJPS8XyZj3wkGCnyncK/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2025.

GIL AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010; 200 p.

GURIDI VM, QUEIROZ SS, LIMA ALG. A autonomia e o protagonismo juvenil nas escolas democráticas. Revista Espaço do Currículo, 2023; 16(1): 1-20.

NETO FB, TAVARES ACR. Liderança e participação: o foco no protagonismo juvenil em uma escola técnica estadual. Educere et Educare, 2021; 16(39): 319-339.

OLIVEIRA RG, LUIZ MC, SILVA CP. Participação e protagonismo juvenil na perspectiva dos Grêmios Estudantis. Revista e-Curriculum, 2022; 20(3): 1415-1431.

PEDRO JAJ. Relações entre a participação estudantil na gestão democrática e a aprendizagem escolar: um olhar a partir da Teoria Histórico-Cultural. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2021; 256 p.

PEREIRA ITA, BARÃO GOD, SARTORI L. Participação estudantil: contribuições para ressignificar práticas formativas e a organização político pedagógicas da escola. Revista Espaço do Currículo, 2023; 16(2): 1-10.

SILVA FKR. Protagonismo juvenil na gestão democrática da escola: reflexões e possibilidades. Ensino em Perspectivas, 2022; 3(1): 1-12.

SILVA FAS, BARBOSA MCS. O protagonismo juvenil no ensino médio integral: um estudo de caso em Pernambuco. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, 2023; 45 p.

SILVA MDSP, OTANI N, KRUEL M. A gestão democrática participativa nas escolas e a formação dos profissionais de ensino da rede estadual de Santa Catarina. Revista Thema, 2020; 17(3): 584-604.

SILVA VCP. A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2019; 27(104): 493-512.